

# INTRODUÇÃO

Costuma-se dizer que a moderna teoria econômica começou com Adam Smith (1723-1790). Este livro trata das idéias econômicas desde Smith até hoje. O elemento comum às idéias aqui apresentadas é a preocupação em compreender a natureza do sistema econômico. Todos os autores que discutiremos buscavam identificar as características que seriam mais importantes para o funcionamento do capitalismo, como o sistema funcionava, o que determinava o volume de produção, qual era a origem do crescimento econômico, o que determinava a distribuição da riqueza e da renda e outras questões pertinentes. Também buscavam avaliar o capitalismo: quão adequado seria o sistema para a satisfação das necessidades humanas? Como poderia ser mudado para melhor atender a estas necessidades?

## UMA DEFINIÇÃO DE CAPITALISMO

A afirmação de que as tentativas de compreender o capitalismo começaram com Adam Smith é, naturalmente, muito simplista. O capitalismo como sistema econômico, político e social dominante surgiu muito lentamente, num período de vários séculos, primeiro na Europa Ocidental e, depois, em grande parte do mundo. À medida que surgia, as pessoas buscavam compreendê-lo.

Para resumir as tentativas de compreender o capitalismo, é necessário, primeiro, defini-lo e, então, rever resumidamente as principais características históricas de seu aparecimento. Deve-se afirmar desde já que não há acordo geral entre economistas e historiadores de Economia quanto ao que sejam as características essenciais do capitalismo. De fato, alguns economistas sequer acreditam que seja útil definir sistemas econômicos diferentes; eles acreditam numa continuidade histórica, na qual os mesmos princípios gerais são suficientes para compreender todos os ordenamentos econômicos. Entretanto, a maioria dos economistas concordaria que o capitalismo é um sistema econômico que funciona de modo bem diverso dos sistemas econômicos anteriores e dos sistemas econômicos contemporâneos não-capitalistas. Este livro é baseado numa abordagem metodológica que define um sistema econômico segundo o *modo de produção* no qual se baseia. O modo de produção é, por sua vez, definido pelas *forças produtivas* e pelas *relações sociais de produção*.

\* As forças produtivas constituem o que comumente se chamaria a *tecnologia produtiva* de uma sociedade. Esta tecnologia consiste no estado atual do conhecimento técnico ou produtivo, nas especializações, técnicas organizacionais etc., bem como nas ferramentas, implementos, máquinas e prédios usados na produção. Dentro de qualquer conjunto de forças produtivas, deve-se incorrer em determinados custos necessários à manutenção da existência estimada do sistema. Outros novos recursos, as matérias-primas, devem ser continuamente extraídos da natureza. Maquinaria, ferramentas e outros implementos de produção desgastam-se com o uso e devem ser substituídos. Mais importante ainda é o fato de os seres humanos, que fazem o esforço necessário para assegurar a disponibilidade

das matérias-primas e para transformá-las em produtos acabados, devem ter uma quantidade mínima de alimentos, roupas, moradia etc.

Os modos de produção que não satisfizeram a estas necessidades mínimas de produção contínua desapareceram. Muitos modos históricos de produção conseguiram atender a essas necessidades mínimas durante certo tempo e, devido à mudança das circunstâncias, tornaram-se incapazes de continuar a fazê-lo e, consequentemente, se extinguiram. A maioria dos modos de produção que continuaram a existir por muito tempo, de fato, tem produzido não somente para atender às necessidades mínimas, mas também um excesso, ou *excedente social*, além dos custos necessários. O excedente social é definido como aquela parte da produção material da sociedade que sobra, após serem deduzidos os custos materiais necessários para a produção.

O desenvolvimento histórico das forças produtivas tem resultado numa capacidade sempre crescente de as sociedades produzirem excedentes sociais cada vez maiores. Dentro desta evolução histórica, cada sociedade tem sido dividida, de modo geral, em dois grupos separados. A maioria das pessoas, em cada sociedade, trabalha exaustivamente para produzir o necessário para sustentar e perpetuar o modo de produção, bem como o excedente social, enquanto uma pequena minoria se apropria deste excedente e o controla. Neste livro, as classes sociais são diferenciadas entre si em função desse fato; as relações sociais de produção são definidas como relações entre estas duas classes. Um modo de produção é, então, o conjunto social da tecnologia de produção (as forças produtivas) e os esquemas sociais através dos quais uma classe une suas forças produtivas para produzir todos os bens, inclusive o excedente, e a outra dele se apropria (relações sociais de produção).

No contexto desse conjunto geral de definições, podemos definir *capitalismo* o modo particular de produção com o qual os pensadores estudados neste livro se têm preocupado. O capitalismo é caracterizado por quatro conjuntos de esquemas institucionais e comportamentais: produção de mercadorias, orientada pelo mercado; propriedade privada dos meios de produção; um grande segmento da população que não pode existir, a não ser que venda sua força de trabalho no mercado; e comportamento individualista, aquisitivo, maximizador, da maioria dos indivíduos dentro do sistema econômico. Cada uma dessas características será discutida resumidamente.

No capitalismo, o valor dos produtos do trabalho humano é dado por duas razões distintas. Primeiro, tais produtos têm características físicas particulares, em virtude das quais se tornam utilizáveis e satisfazem as necessidades humanas. Quando uma mercadoria é avaliada por seu uso na satisfação de nossas necessidades, diz-se que tem *valor de uso*. Todo produto do trabalho humano, em todas as sociedades, tem valor de uso. No capitalismo, os produtos têm valor porque podem ser vendidos no mercado, em troca de dinheiro. Este dinheiro é desejado, porque pode ser trocado por produtos que têm um valor de uso desejado. Na medida em que os produtos têm valor, porque podem ser trocados por moeda, diz-se que eles têm *valor de troca*. Os produtos do trabalho humano têm valor de troca somente nos modos de produção caracterizados pela produção de mercadorias. Para que a produção de mercadorias exista, é preciso que a sociedade tenha um mercado muito desenvolvido, no qual os produtos possam ser livremente comprados ou vendidos em troca de moeda. Existe produção de mercadorias, quando os produtos são fabricados pelos produtores sem qualquer interesse pessoal imediato em seu valor de uso, mas, sim,

em seu valor de troca. A produção de mercadorias não é um meio direto de satisfação de necessidades. É, isto sim, um meio de adquirir moeda pela troca de produtos por moeda, que, por sua vez, pode ser utilizada na aquisição dos produtos desejados por seu valor de uso. Sob tais condições, os produtos do trabalho humano são mercadorias, e a sociedade é caracterizada como voltada para a produção de mercadorias.

Na produção de mercadorias, a atividade produtiva de uma pessoa não tem qualquer ligação direta com seu consumo; ambos devem ser mediados pela troca e pelo mercado. Além disso, uma pessoa não tem qualquer ligação direta com as pessoas que produzem as mercadorias que consome. Tal relação social também é mediada pelo mercado. A produção de mercadorias implica um alto grau de especialização produtiva, em que cada produtor isolado cria somente uma ou poucas mercadorias, dependendo, assim, de que outros indivíduos, com quem ele não tem qualquer relação pessoal direta, comprem suas mercadorias no mercado. Uma vez que ele tenha trocado suas mercadorias por dinheiro, novamente dependerá de que pessoas com as quais ele não tem relação pessoal direta ofereçam, no mercado, aquelas mercadorias que ele tem que comprar para satisfazer suas necessidades pessoais.

Neste tipo de economia existem inter-relações e dependências econômicas extremamente complexas e que não envolvem interação e associação pessoal direta. O indivíduo interage somente com a instituição social impessoal do mercado, no qual o indivíduo troca mercadorias por moeda e moeda por mercadorias. Consequentemente, o que, em realidade, é um conjunto de complexas relações econômicas e sociais entre pessoas é, para cada indivíduo, apenas uma série de relações impessoais entre coisas — isto é, mercadorias. Cada indivíduo depende das forças impessoais do mercado de compra e venda, ou oferta e procura, para a satisfação de suas necessidades.

A segunda característica definidora do capitalismo é a propriedade privada dos meios de produção. Isto significa que a sociedade dá a certas pessoas o direito de determinar como matérias-primas, ferramentas, maquinaria e edifícios destinados à produção podem ser usados. Tal direito necessariamente implica que outros indivíduos sejam excluídos do grupo daqueles que têm algo a dizer sobre como estes meios de produção podem ser usados. As primeiras defesas da propriedade privada falavam em termos de cada produtor individual possuir — e, portanto, controlar — os meios de sua própria produção. Mas, muito cedo na evolução do capitalismo, as coisas se desenvolveram de modo diferente. De fato, a terceira característica definidora do capitalismo é que muitos produtores não são proprietários dos meios necessários para a execução de sua atividade produtiva. A propriedade se concentra nas mãos de um pequeno segmento da sociedade — os capitalistas. Um capitalista proprietário não precisava representar qualquer papel direto no processo produtivo, de modo a controlá-lo; a propriedade lhe dava esse controle. E essa propriedade foi o que permitiu ao capitalismo a apropriação do excedente social. Assim, a propriedade dos meios de produção é a característica do capitalismo que confere à classe capitalista o poder pelo qual controla o excedente social, estabelecendo-se, a partir daí, como classe social dominante.

Esta dominação, é claro, implica a terceira característica definidora do capitalismo — a existência de uma numerosa classe trabalhadora, que não tem qualquer controle sobre os meios necessários para a execução de sua atividade produtiva. No capitalismo, a

maioria dos trabalhadores não possui as matérias-primas nem os implementos com os quais produz mercadorias. Isso quer dizer que as mercadorias que os trabalhadores produzem não lhes pertencem, mas, sim, aos capitalistas proprietários dos meios de produção. O trabalhador típico entra no mercado possuindo ou controlando somente uma coisa — sua capacidade de trabalho, isto é, sua força de trabalho. Para se dedicar à atividade produtiva, tem que vender sua força de trabalho a um capitalista. Em troca, recebe um salário e produz mercadorias que pertencem ao capitalista. Desse modo, ao contrário de qualquer outro modo de produção anterior, o capitalismo faz da força produtiva humana uma mercadoria em si mesmo — a força de trabalho — e gera um conjunto de condições pelas quais a maioria das pessoas não pode viver, a não ser que elas sejam capazes de vender a mercadoria de que são proprietárias — a força de trabalho — a um capitalista, em troca de um salário. Com este salário, podem comprar das capitalistas somente uma fração das mercadorias que eles mesmos produziram. O restante das mercadorias que produziram constituí o excedente social e é retido e controlado pelos capitalistas.

A quarta e última característica definidora do capitalismo é a de que a maioria das pessoas é motivada por um comportamento individualista, aquisitivo e maximizador. Isto é necessário para o funcionamento adequado do capitalismo. Primeiro, para assegurar uma oferta adequada ao trabalho e facilitar o rígido controle dos trabalhadores, é necessário que estes produzam mercadorias cujo valor exceda em muito o valor das mercadorias que consomem. Nos primórdios do capitalismo, isso foi conseguido de dois modos. Primeiro, os trabalhadores recebiam salários tão baixos que, com suas famílias, viviam nos limites da mais extrema insegurança e pobreza materiais. O único modo claro de reduzir a insegurança e a pobreza era trabalhar mais horas e mais intensamente, para obter um salário mais adequado e evitar ser forçado a juntar-se ao grande exército de trabalhadores desempregados, que tem sido um fenômeno social sempre presente no sistema capitalista.

À medida que o capitalismo foi evoluindo, a produtividade dos trabalhadores foi crescendo. Estes buscavam organizar-se coletivamente em sindicatos e associações de trabalhadores, para lutar por melhores salários. Por volta do final do século passado e início do século XX, após diversos avanços e inúmeros retrocessos, essa luta começou a surtir algum efeito. Desde então, o poder de compra do salário do trabalhador vem crescendo lenta e firmemente. Em lugar da privação física generalizada, o capitalismo tem sido obrigado a recorrer cada vez mais a novos tipos de motivação, para manter a massa dos trabalhadores produzindo o excedente social. Um novo *ethos* social, às vezes chamado *consumerismo*, tornou-se dominante. Caracteriza-se pela crença de que mais renda por si mesma sempre significa mais felicidade.

Os costumes sociais do capitalismo têm levado as pessoas a acreditar que praticamente toda necessidade ou infelicidade subjetiva pode ser eliminada simplesmente comprando-se mais mercadorias. O mundo competitivo e economicamente inseguro no qual se movem os trabalhadores cria sentimentos subjetivos de ansiedade, solidão e alienação. A maioria dos trabalhadores vê como causa desses sentimentos sua própria incapacidade de comprar mercadorias suficientes para fazê-los felizes. Mas, na medida em que recebem salários maiores e compram mais mercadorias, verificam que o sentimento geral de insatisfação e ansiedade continua. Então, os trabalhadores tendem a concluir que o problema é que o aumento dos salários é insuficiente. Como não identificam a verdadeira origem de

seus problemas, caem num círculo vicioso asfixiante, onde quanto mais se tem, mais necessidade se sente, quanto mais rápido se corre, mais devagar se parece andar; quanto mais arduamente se trabalha, maior parece ser a necessidade de se trabalhar cada vez mais arduamente.

Os capitalistas também são induzidos a um comportamento combativo e aquisitivo. A razão mais imediata disso é o fato de que o capitalismo sempre foi caracterizado pela luta competitiva entre capitalistas por fatias maiores do excedente social. Nessa luta sem fim, o poder de cada capitalista depende do volume de capital que controla. Se os concorrentes de um capitalista adquirem capital (crescendo e adquirindo também poder econômico) mais rapidamente que ele, torna-se maior a probabilidade de ele próprio enfrentar a extinção. Então, sua existência como capitalista depende de sua mobilidade em acumular capital no mesmo ritmo que seus concorrentes. Daí o capitalismo ter sido sempre caracterizado pelo esforço frenético dos capitalistas em obter mais lucro e converter seus lucros em mais capital.

O consumerismo entre capitalistas tem sido importante também para o adequado funcionamento do capitalismo. No processo de produção, os capitalistas se apropriam do excedente produzido, a mais-valia, sob a forma de mercadorias. Para que esta mais-valia seja convertida em lucro monetário, essas mercadorias devem ser vendidas no mercado. Pode-se esperar, de modo geral, que os trabalhadores gastem todo o salário em mercadorias, mas seus salários podem comprar só parte das mercadorias produzidas (ou não haveria qualquer excedente social). Os capitalistas comprariam muitas mercadorias como investimento a acrescentar à sua acumulação de capital. Mas estas duas fontes de procura já não eram suficientes para gerar o gasto necessário para os capitalistas, como classe, venderem todas as suas mercadorias. Então, para que haja uma procura monetária suficiente para os capitalistas venderem todas as suas mercadorias, é preciso uma terceira fonte de procura: os gastos crescentes de consumo dos próprios capitalistas.

Quando tal procura não se concretiza, o capitalismo sofre depressões; quando as mercadorias não podem ser vendidas, os trabalhadores são despedidos, os lucros caem, havendo uma crise econômica geral. O capitalismo, através de sua história, tem sofrido crescentes crises dessa espécie. Uma grande preocupação da maioria dos pensadores econômicos discutidos neste livro tem sido compreender a natureza e as causas dessas crises e descobrir remédios para eliminá-las ou, ao menos, aliviar seus efeitos.

## A ECONOMIA EUROPÉIA PRÉ-CAPITALISTA

Para esboçar a evolução histórica do capitalismo, primeiramente é necessário dizer algumas palavras sobre o feudalismo — o sistema sócio-econômico que precedeu o capitalismo na Europa Ocidental. O declínio da parte ocidental do velho Império Romano deixou a Europa sem as leis e a proteção que o Império oferecia. O vácuo foi preenchido pela criação de uma hierarquia feudal na qual o servo ou camponês era protegido pelos senhores feudais, que, por sua vez, deviam fidelidade e eram protegidos por senhores mais poderosos. Assim se estruturava o sistema, indo até o rei. Os fortes protegiam os fracos, mas os fracos faziam a um alto preço. Em troca de pagamento em moeda, alimentos, trabalho ou fidelidade militar, os senhores garantiam o feudo — um direito hereditário ao uso da terra — a

seus vassalos. Na base estava o servo, que cultivava a terra. A grande maioria da população cuidava do cultivo da terra, visando à alimentação e ao vestuário, ou criava ovelhas, para obter a lã e o vestuário.<sup>1</sup>

Os costumes e a tradição são a chave para a compreensão das relações medievais. Em lugar de leis, tal qual as conhecemos hoje, o que governava eram os costumes vigentes no feudo. Na Idade Média, não havia autoridade central forte que pudesse impor o cumprimento de um sistema de leis. Toda a organização medieval se baseava em um sistema de serviços e obrigações mútuas, envolvendo toda a hierarquia feudal. A posse ou uso da terra obrigava a certos serviços ou pagamentos costumeiros, em troca de proteção. O senhor estava tão obrigado a proteger o servo quanto este estava obrigado a pagar-lhe, em troca, uma porção de sua colheita ou trabalhar para o senhor.

É claro que os costumes eram quebrados; nenhum sistema opera, de fato, tal como a teoria determina que ele opere. Não se deve, porém, subestimar a força dos costumes e da tradição que determinou a vida e as idéias do povo medieval. As disputas entre servos eram resolvidas na corte do senhor, segundo não só as circunstâncias especiais de cada caso, como também o costume do feudo para tal caso. É claro que, usualmente, um senhor decidia a seu favor, numa disputa com seu servo. Entretanto, mesmo nessas circunstâncias, especialmente na Inglaterra, um senhor feudal impunha sanções ou punições a um senhor que, como vassalo do senhor feudal, persistentemente violasse seus costumes no tratamento dos servos. As regras dos costumes do feudo aparecem em profundo contraste, comparadas com o sistema legal e judicial do capitalismo. O sistema capitalista é baseado no cumprimento de leis de caráter universalista e contratos, cumprimento este que só raramente é relaxado por circunstâncias atenuantes ou por costumes que, nos tempos medievais, influenciavam com muito mais freqüência o julgamento do senhor feudal.

Até que ponto o senhor feudal podia fazer cumprir seus "direitos" variava muito, de acordo com a época e o lugar. Foi o fortalecimento dessas obrigações ao longo de uma extensa hierarquia de vassalos numa região muito grande que acabou levando ao aparecimento das modernas nações-estado. Este processo ocorreu durante o período de transição do feudalismo ao capitalismo. Entretanto, ao longo da maior parte da Idade Média, muitos dos direitos do senhor feudal se tornavam fracos ou incertos, já que o controle político estava fragmentado.

A instituição econômica básica da vida rural medieval era o feudo, que tinha duas classes distintas: os senhores e os servos. Os servos não eram escravos. Ao contrário do escravo, que era uma simples propriedade a ser comprada ou vendida à vontade, o servo não podia ser separado de sua família nem de sua terra. Se seu senhor transferisse a posse do feudo a outro nobre, o servo simplesmente teria outro senhor. Em graus variáveis, entretanto, os servos tinham obrigações que, às vezes, se tornavam pesadas, e delas não havia como escapar. Normalmente, o servo estava longe de ser livre.

O senhor vivia do trabalho dos servos que cultivavam seus campos e pagavam impos-

<sup>1</sup> Uma discussão mais completa do sistema econômico e social medieval pode ser encontrada em *The Agrarian Life of the Middle Ages*, 2<sup>a</sup> ed., e *The Cambridge Economic History of Europe*. Londres, Cambridge University Press, 1966. V. I. Revisto por Eileen E. Powers e J. H. Clapham.

tos em espécie e em moeda, de acordo com o costume do feudo. Analogamente, o senhor dava proteção, supervisionava e administrava a Justiça, de acordo com o costume do feudo. Deve-se acrescentar que, embora o sistema reposasse na reciprocidade das obrigações, a concentração do poder político e econômico nas mãos do senhor conduzia a um sistema no qual, segundo qualquer padrão de avaliação, o servo era explorado ao extremo.

A Igreja Católica foi, durante a Idade Média, o maior proprietário de terras. Embora bispos e abades ocupassem posições semelhantes à de condes e duques, na hierarquia feudal, havia uma importante diferença. Os senhores feudais seculares podiam colocar sua lealdade a serviço do poder envolvido, mas os senhores religiosos deviam sempre (em princípio, ao menos), em primeiro lugar, uma lealdade à Igreja de Roma. Esta foi também uma época em que o ensino religioso ministrado pela Igreja teve uma forte e profunda influência em toda a Europa Ocidental. Esses fatores combinados fizeram da Igreja a instituição mais próxima de um Governo, durante todo este período.

Assim, o feudo podia ser secular ou religioso (muitos senhores eram vassalos de senhores religiosos e vice-versa), mas as relações básicas entre senhores e servos não eram significativamente afetadas por esta distinção. Existe pouca evidência de que o servo seria tratado menos severamente por senhores religiosos do que por senhores seculares. Os senhores religiosos e a nobreza feudal formavam as classes dominantes; controlavam a terra e o poder dela decorrente. Em troca de apropriações muito pesadas do trabalho, da produção e do dinheiro do servo, a nobreza dava proteção militar e a Igreja, ajuda espiritual.

Além dos feudos, a Europa medieval tinha muitas cidades, que eram importantes centros manufatureiros. Os bens manufaturados eram vendidos aos feudos e, algumas vezes, trocados no comércio distante. As instituições econômicas dominantes nas cidades eram as corporações de ofício – associações artesanais, profissionais e de ofício – que existiam desde o Império Romano. Quem quisesse produzir ou vender qualquer bem ou serviço teria que entrar para uma corporação de ofício.

As corporações de ofício se envolviam também em questões sociais e religiosas, tanto quanto nas econômicas. Controlavam a vida de seus membros em todas as suas atividades: pessoais, sociais, religiosas e econômicas. Embora regulassem cuidadosamente a produção e a venda de mercadorias, as corporações de ofício se mostravam mais voltadas para a salvação espiritual de seus membros do que para a obtenção de lucros. A salvação exigia que o indivíduo vivesse uma vida ordenada, baseada nos costumes e ensinamentos da Igreja. Assim, as corporações de ofício exerciam uma poderosa influência como sustentadoras do *status quo* nas cidades medievais.

Mas a sociedade medieval era predominantemente agrária. A hierarquia social era baseada nos laços do indivíduo com a terra e o sistema social por inteiro repousava em base agrícola. No entanto, ironicamente, os aumentos da produtividade agrícola constituíram o ímpeto original para uma série de profundas mudanças, ocorridas ao longo de vários séculos, e que resultaram na dissolução do feudalismo medieval e no início do capitalismo. O mais importante avanço tecnológico da Idade Média foi a substituição do sistema de plantio de dois campos para o sistema de três campos. Embora haja evidência de que o sistema de três campos tenha sido introduzido na Europa já no oitavo século, seu uso não se generalizou antes do século XI.

O plantio anual da mesma área esgotava a terra e acabava por torná-la inútil. Assim,

no sistema de dois campos, metade da terra era sempre deixada ociosa, de modo que se recuperasse do plantio do ano anterior. Com o sistema de três campos, a terra arável era dividida em três partes iguais. No outono, no primeiro campo, se cultivava centeio ou trigo. Plantava-se aveia ou ervilha, na primavera, no segundo campo, deixando-se o terceiro campo em repouso. Todo ano, havia uma rotação dessas posições. Assim, um dado trecho de terra teria uma cultura de outono num ano, de primavera no ano seguinte e descansaria no terceiro ano.

Desta mudança aparentemente simples na tecnologia agrícola resultou um dramático aumento do produto agrícola. Com a mesma quantidade de terra arável, o sistema de três campos aumentou a área cultivada, em qualquer época, de, pelo menos, 50%.<sup>2</sup>

O sistema de três campos induziu a outras mudanças importantes. Plantações de aveia e forragem, na primavera, permitiam a criação de mais cavalos, que começaram a substituir o boi como a principal fonte de energia, na agricultura. Os cavalos eram muito mais rápidos e, assim, a área cultivável pôde ser estendida. Maiores áreas cultivadas permitiram que o campo alimentasse centros urbanos mais populosos. Com o cavalo, o transporte de homens, mercadorias e equipamentos tornou-se muito mais eficiente. O próprio ato de arar tornou-se mais eficiente. Um arado puxado por bois exigia três homens para controlá-lo e um arado puxado por cavalos poderia ser operado por um só homem. Além disso, no século XIII, o custo do transporte de produtos agrícolas foi substancialmente reduzido, quando a carroça de duas rodas foi substituída pela de quatro rodas, com eixo dianteiro móvel.

Esses melhoramentos na agricultura e no transporte contribuíram para duas mudanças importantes e de longo alcance. Primeiro, tornaram possível um rápido aumento do crescimento da população.<sup>3</sup> As melhores estimativas mostram que a população da Europa dobrou entre 1.000 e 1.300.<sup>3</sup> Segundo, houve um rápido aumento de concentração urbana, estreitamente ligado à expansão da população.<sup>4</sup> Antes do ano 1000, a Europa era essencialmente constituída de feudos, vilas e algumas poucas cidades pequenas, além de alguns poucos centros comerciais, no Mediterrâneo. Por volta de 1300, já havia cidades grandes e prósperas.

O crescimento das vilas e cidades conduziu ao crescimento da especialização rural-urbana. A produção de bens manufaturados cresceu enormemente, com os trabalhadores urbanos rompendo todos os laços com a terra.<sup>5</sup> Junto com essa crescente produção manufatureira e crescente especialização econômica vieram muitos ganhos adicionais de produtividade.<sup>6</sup> Outro importante resultado da especialização crescente foi o desenvolvimento do comércio inter-regional e de longa distância.<sup>7</sup>

## O CRESCIMENTO DO COMÉRCIO DE LONGA DISTÂNCIA

Muitos historiadores sustentam que a disseminação do comércio foi a mais importan-

<sup>2</sup> WHITE Jr., Lynn. *Medieval Technology and Social Change*. Oxford, Clarendon Press, 1962. p. 71-72.

<sup>3</sup> MISKIMIN, Harry A. *The Economy of Early Renaissance Europe, 1300-1460*. Englewood Cliffs, N. J., Prentice-Hall, 1969, p. 20.

te força isolada para a desintegração do feudalismo medieval. A importância do comércio não pode ser posta em dúvida, mas deve-se destacar que este comércio não surgiu por acaso ou por fatores completamente externos à economia européia, como, por exemplo, o aumento dos contatos com os árabes.<sup>8</sup> Ao contrário, vimos, na seção anterior, que este crescimento do comércio foi sustentado pela evolução econômica interna da Europa. O crescimento da produtividade agrícola significava que o excedente de alimentos e manufaturados tornava-se disponível tanto para os mercados locais como para o mercado internacional. Os progressos da energia e do transporte tornaram possível e lucrativo concentrar os indivíduos nas cidades, produzir em grande escala e vender os bens produzidos nos mercados mais amplos de longa distância. Assim, esses desenvolvimentos básicos na agricultura e na ~~indústria~~ foram pré-requisitos necessários para a disseminação do comércio, o que, por sua vez, estimulou mais ainda a expansão urbana e encorajou a indústria.<sup>9</sup>

Entretanto, o crescimento do comércio não pode ser considerado a principal força na dissolução do feudalismo ou na criação do capitalismo. Embora a transição do feudalismo para o capitalismo tenha coincidido com o aumento do comércio na Europa Ocidental, e embora o comércio tenha sido, decididamente, importante para a dissolução do feudalismo e do crescimento do capitalismo na Europa Ocidental, a intensificação da atividade comercial na Europa Oriental tendeu a contribuir para a consolidação e a perpetuação das relações econômicas e sociais feudais.

Tais efeitos diferenciados do comércio foram devidos à diferença nos estágios de desenvolvimento do feudalismo em que se encontravam tais regiões. Na Europa Oriental, o feudalismo era um sistema econômico novo e vigoroso, com considerável potencial econômico de maior desenvolvimento. Neste contexto, o comércio tendia a ser estritamente mantido subordinado aos interesses da classe feudal dominante. Na Europa Ocidental, o feudalismo tinha atingido, e provavelmente ultrapassado, seu pleno potencial econômico. Muito antes do comércio começar a ser uma parte significativa da vida da Europa Ocidental, o feudalismo já se começara a dissolver. O impulso inicial desta dissolução foi o fato de que, a despeito dos aumentos da produtividade, o excedente social se tornava cada vez menor para sustentar uma classe dominante que crescia rapidamente. Isso provocou conflitos cada vez mais sérios e irreconciliáveis dentro da própria classe dominante. No contexto desses conflitos graves entre os vários segmentos da nobreza e do clero, o comércio se tornou uma força desestabilizante, corrosiva.<sup>10</sup> Em nosso resumo, limitar-nos-emos a discutir o feudalismo na Europa Ocidental, onde o comércio tendeu a acelerar a dissolução do feudalismo e a estabelecer muitas das fundações institucionais do capitalismo.

A expansão do comércio, particularmente do comércio de longa distância, levou ao estabelecimento de cidades industriais e comerciais para servir a este comércio. O crescimento dessas cidades, bem como o seu crescente controle por capitalistas comerciantes, provocou importantes mudanças, tanto na agricultura quanto na indústria. Cada uma des-

<sup>4</sup> Um exemplo histórico concreto dos conflitos cada vez maiores no interior da classe feudal dominante e da consequente deterioração econômica e social do feudalismo antes do crescimento do comércio pode ser encontrado no livro de BEITSCHER, Jane K. e HUNT, E. K. "Insights into the Dissolution of the Feudal Mode of Production". *Science and Society*, 40 (1), 57-71, 1976.

sas áreas, particularmente a agricultura, teve enfraquecidos e, por fim, rompidos seus laços com a estrutura econômica e social feudal.

Desde o início do período medieval, algum comércio de longa distância vinha sendo feito em muitas partes da Europa. Este comércio era muito importante no sul da Europa, nos mares Mediterrâneo e Adriático, e a leste, no Mar do Norte e no Mar Báltico. Entretanto, entre essas duas áreas de comércio, o sistema feudal da maior parte da Europa permaneceria relativamente inalterado pelo comércio até a última fase da Idade Média.

A partir do século XI, as cruzadas deram força a uma marcante expansão do comércio. As cruzadas não podem ser vistas como um fator externo ou acidental no desenvolvimento da Europa. Não foram promovidas por razões religiosas nem foram o resultado de ataques otomanos a peregrinos, já que os turcos mantiveram a política muçulmana de tolerância. Os movimentos no lado turco levavam a ataques cada vez mais fortes a Bizâncio, mas o Ocidente, normalmente, enviava ajuda apenas simbólica, já que não havia grande simpatia por Bizâncio. As razões lógicas para as cruzadas podem ser vistas no desenvolvimento intenso da França, onde elas tinham seu mais forte apoio. A França tornava-se cada vez mais forte, tinha crescentes relações comerciais com o leste e necessitava de uma válvula de escape para a inquietação social interna. Maior propaganda em prol das cruzadas era feita pela oligarquia de Veneza, que queria expandir seu comércio e sua influência no leste.

O desenvolvimento do comércio com os árabes e com os vikings, no norte, levou ao crescimento da produção para a exportação e às grandes feiras comerciais, que floresceram do século XII ao século XIV. Realizadas anualmente nas principais cidades comerciais europeias, estas feiras, geralmente, duravam de uma a várias semanas. Os mercadores do norte da Europa trocavam cereais, peixes, lã, tecidos, madeira, breu, alcatrão, sal e ferro por especiarias, brocados, vinhos, frutas, ovinos e juta, artigos dominantes no comércio do sul da Europa.<sup>5</sup>

Lá pelo século XV, as feiras já estavam sendo substituídas por cidades comerciais, onde florescia um mercado permanente. O comércio, nessas cidades, se tornara incompatível com os restritivos costumes e tradições feudais. Geralmente, as cidades conseguiam ganhar independência de seus senhores feudais e da Igreja. Sistemas complexos de câmbio, compensação e facilidades creditícias se desenvolveram nesses centros comerciais, e instrumentos modernos, como cartas de crédito, tornaram-se de uso corrente. Novos sistemas de leis comerciais foram criados. Ao contrário do sistema paternalista de execução de dívidas, baseado nos costumes e na tradição vigentes no feudo, a lei comercial era fixada por um código preciso. Assim, esta lei tornou-se a base das modernas leis capitalistas dos contratos, títulos negociáveis, representação comercial e execuções em hasta pública.

No sistema artesanal feudal, o produtor (o mestre artesão) era também o vendedor. Entretanto, as indústrias que apareciam nas novas cidades eram basicamente indústrias de exportação, onde o produtor estava distante do comprador final. Os artesãos vendiam

<sup>5</sup> Uma discussão mais completa da ascensão do comércio pode ser encontrada em DILLARD, Dudley, *Economic Development of the North Atlantic Community*. Englewood Cliffs, N. J., Prentice-Hall, 1967, p. 3-17.

seus produtos aos comerciantes que, por sua vez, os transportavam e revendiam. Outra diferença importante era a de que o artesão feudal era também um fazendeiro, de modo geral. O novo artesão das cidades desistiu da terra para dedicar-se inteiramente ao trabalho com o qual ele poderia obter uma renda monetária que podia ser usada para satisfazer suas outras necessidades.

## O SISTEMA DE TRABALHO DOMÉSTICO E O NASCIMENTO DA INDÚSTRIA CAPITALISTA

À medida que o comércio prosperava e se expandia, a necessidade de mais manufaturados e mais confiança na oferta induzia a um crescente controle do processo produtivo pelo capitalista comerciante. Por volta do século XVI, o tipo de indústria artesanal, onde o artesão era proprietário de sua oficina, de suas ferramentas e matérias-primas e funcionava como um pequeno produtor independente, tinha sido largamente substituído, nas indústrias de exportação, pelo sistema de trabalho doméstico. No início da utilização desse sistema, o capitalista comerciante fornecia a matéria-prima ao artesão independente e lhe pagava uma quantia para transformá-la em produtos acabados. Desse modo, o capitalista era proprietário do produto ao longo de todo o processo de produção, embora o trabalho fosse feito em oficinas independentes. Já em épocas mais avançadas da utilização desse sistema, o capitalista comerciante era proprietário das ferramentas e máquinas e, freqüentemente, do prédio onde a produção tinha lugar. Ele contratava os trabalhadores para usar as ferramentas, fornecia-lhes a matéria-prima e recebia o produto acabado.

O trabalhador já não vendia um produto acabado ao comerciante. Vendia somente seu próprio trabalho. As indústrias têxteis estavam entre as primeiras em que o sistema de trabalho doméstico se desenvolveu. Tecelões, fiandeiros, tintureiros se encontravam numa situação em que sua ocupação, e portanto sua capacidade de sustentar a si mesmo e suas famílias, dependia dos capitalistas comerciantes, que tinham que vender o que os trabalhadores produziam a um preço suficientemente alto para pagar salários e outras contas e ainda obter lucro.

O controle capitalista foi, então, estendido ao processo de produção. Ao mesmo tempo, foi criada uma força de trabalho que possuía pouco ou nenhum capital e nada tinha a vender, a não ser sua força de trabalho. Estas duas características marcam o surgimento do sistema econômico do capitalismo. Alguns autores e historiadores têm afirmado que o capitalismo já existia, quando o comércio e o espírito comercial se expandiram e se tornaram dominantes na Europa. O comércio, entretanto, existiu ao longo de toda a era feudal. Ainda assim, enquanto a tradição feudal permanecia como o princípio organizador da produção, o comércio era, em realidade, mantido fora do sistema econômico e social. O mercado e a busca de lucro monetário substituíram os costumes e a tradição, na determinação de quem executaria certa tarefa, como seria executada esta tarefa e se os trabalhadores poderiam ou não encontrar trabalho para o seu sustento. Quando isso ocorreu, o sistema capitalista foi criado.<sup>6</sup>

<sup>6</sup> Ver DOBB, Maurice. *Studies in the Development of Capitalism*. Londres, Routledge & Kegan Paul, 1946. (Principalmente o Cap. 4.)

O capitalismo só se tornou dominante quando as relações existentes nas indústrias de exportação do século XVI, entre capitalistas e trabalhadores, foram estendidas à maioria das outras indústrias da economia. Para que tal sistema se desenvolvesse, a auto-suficiência econômica do feudo tinha de ser quebrada e as tradições e costumes feudais esvaziados ou destruídos. A agricultura tinha de se tornar um risco capitalista, onde os trabalhadores vendessem seu trabalho aos capitalistas e os capitalistas só comprassem trabalho se esperassem obter lucro no processo.

Existia uma indústria têxtil capitalista em Flandres, no século XIII. Quando, por várias razões, sua prosperidade começou a declinar, a riqueza e a pobreza que tinha criado provocaram uma longa série de violentas guerras de classes, que quase destruiu completamente a indústria. No século XIV, uma indústria têxtil capitalista prosperou em Florença. Tal como em Flandres, as condições adversas dos negócios conduziram a tensões entre uma classe trabalhadora miserável e seus ricos empregadores capitalistas. Essas tensões resultaram em rebeliões violentas, em 1379 e 1382. A incapacidade de resolver tais antagonismos de classes agravou significativamente o rápido declínio da indústria têxtil florentina, tal como já tinha ocorrido em Flandres.

No século XV, a Inglaterra dominava o mercado têxtil mundial. Sua indústria têxtil capitalista tinha resolvido os problemas do conflito de classes, interiorizando-se. Enquanto as indústrias têxteis capitalistas anteriores, de Flandres e Florença, se localizavam em cidades densamente povoadas, onde os trabalhadores eram mantidos juntos e a resistência organizada era fácil de se iniciar, as tecelagens inglesas estavam espalhadas pelo interior. Isso significava que os trabalhadores estavam isolados em pequenos grupos e não havia possibilidade de desenvolverem qualquer resistência organizada.

Entretanto, o novo sistema, em que os ricos proprietários do capital empregavam artesãos desprovidos de bens, era, antes, um fenômeno urbano do que rural. Desde o começo, essas empresas capitalistas buscavam posições monopolistas, controlando a procura de seus produtos. O surgimento das corporações de ofício patronais ou associações de comerciantes capitalistas empregadores criou inúmeras barreiras de proteção à posição desses empregadores. Diferentes tipos de aprendizado, com privilégios especiais e isenções para os filhos dos ricos, taxas elevadas pagas pelos membros das associações e outras barreiras impediam os artesãos ambiciosos, porém mais pobres, de competir com a nova classe capitalista ou dela fazer parte. Na verdade, essas barreiras, de modo geral, resultaram na transformação dos artesãos mais pobres e seus filhos em uma nova classe trabalhadora urbana, que vivia exclusivamente de sua força de trabalho.

## O DECLÍNIO DO SISTEMA SENHORIAL

Antes, porém, que um sistema capitalista completo surgesse, a força das relações capitalistas do mercado deveria invadir a herdade senhorial, o bastião do feudalismo. Isso aconteceu em decorrência do enorme incremento de população nas novas cidades comerciais. Grandes populações urbanas dependem da agricultura para obter alimentos e grande parte das matérias-primas para as indústrias de exportação. Essas necessidades estimulavam especializações urbanas e rurais e um grande fluxo de comércio entre o campo e a

cidade. O senhor feudal começou a depender das cidades para conseguir bens manufaturados e procurava cada vez mais os bens de luxo que os mercadores lhes podiam vender.

Os camponeses do feudo também descobriram que poderiam trocar excedentes por dinheiro, nos mercados locais de cereais; o dinheiro poderia ser usado para pagar taxas ao senhor feudal, em lugar do trabalho forçado.<sup>7</sup> Isto, quase sempre, transformava o camponês num pequeno negociante independente. Ele poderia arrendar terras do senhor, vender seus produtos para cobrir sua renda e reter a receita excedente para ele mesmo. Esse sistema dava ao camponês maior incentivo para produzir e, portanto, aumentar seus excedentes rentáveis, o que induzia a um maior intercâmbio, maiores vendas subsequentes e assim por diante. O efeito cumulativo foi um rompimento gradual dos laços feudais, substituídos pelo mercado e pela busca do lucro como os princípios organizadores da produção. Por volta de meados do século XIV, as rendas monetárias já excediam o valor dos serviços compulsórios prestados em muitas partes da Europa.

Outro fator que levou as forças de mercado ao setor rural, estritamente ligado à alforria, foi a alienação do domínio dos senhores feudais. Os senhores feudais que necessitavam de dinheiro para comprar bens manufaturados e bens de luxo começaram a arrendar suas próprias terras a camponeses, em lugar de administrá-las diretamente, utilizando o serviço obrigatório do servo. Este processo induziu a uma situação na qual o senhor feudal simplesmente passava a ser um latifundiário, no moderno sentido do termo. De fato, muito freqüentemente ele se tornava ausente, na medida em que muitos senhores preferiam mudar para as cidades ou estavam longe, na guerra.

O rompimento do sistema feudal, todavia, se originou mais diretamente de uma série de catástrofes, no final do século XIV e no século XV. A Guerra dos Cem Anos, entre a França e a Inglaterra (1337-1453), estabeleceu a inquietação e a desordem geral, nesses dois países. A "peste negra" foi ainda mais devastadora. Às vésperas da epidemia de 1348-1349, a população inglesa atingia 4 milhões de habitantes. No início do século XV, após os efeitos das guerras e das epidemias, a Inglaterra mal atingia 2,5 milhões de habitantes. Isso era bastante representativo do que acontecia em outros países europeus. O despovoamento provocou uma enorme falta de mão-de-obra, e os salários de todos os tipos de trabalho se elevaram abruptamente. A terra, agora relativamente abundante, começou a produzir rendas menores.

Tais fatos levaram a nobreza feudal a uma tentativa de anular as alforrias que tinham concedido e restabelecer os serviços obrigatórios dos servos e camponeses (camponeses eram antigos servos que tinham atingido certo grau de independência e liberdade das restrições feudais). Descobriram, entretanto, que não se podia mais voltar à situação anterior desejada. O mercado se tinha estendido às regiões rurais e com ele aumentara a liberdade, a independência e a prosperidade dos camponeses. Estes resistiam muito aos esforços para restabelecer as antigas obrigações e esta resistência não ficou sem resposta.

Como resultado, houve as famosas revoltas de camponeses, que explodiram em toda a Europa, do final do século XIV ao princípio do século XVI. Essas rebeliões se caracterizaram por sua extrema crueldade e ferocidade. Um escritor francês dessa época descreveu

<sup>7</sup> Trata-se da alforria, que envolvia a substituição do trabalho exigido do servo por taxas.

um bando de camponeses que mataram “um cavaleiro, atravessaram seu corpo com um espeto e assaram-no vivo, diante de sua esposa e filhos. Dez ou doze deles violentaram a mulher e a obrigaram a comer da carne do marido. Então, mataram-na e às suas crianças. Por onde essa gente desgraçada passava, destruía casas firmes e sólidos castelos”.<sup>8</sup> Ao final, os camponeses rebeldes foram dizimados com igual ou maior crueldade e ferocidade pela nobreza.

A Inglaterra experimentou uma sucessão de tais revoltas, do final do século XIV ao século XV. Mas as revoltas ocorridas na Alemanha, no princípio do século XVI, foram provavelmente as mais sangrentas. A rebelião camponesa de 1524-1525 foi esmagada pelas tropas imperiais do Sagrado Império Romano, que dizimou milhares de camponeses. Provavelmente só na Alemanha foram mortas mais de 100 000 pessoas.

Estas revoltas foram aqui mencionadas para ilustrar o fato de que mudanças fundamentais na estrutura política e econômica, freqüentemente, só são conseguidas após conflitos violentos e traumatizantes. Qualquer sistema econômico gera uma ou mais classes, cujos privilégios dependem da continuação deste sistema. Estas classes fazem de tudo para resistir a mudanças e proteger suas posições, como é natural. A nobreza feudal desencadeou uma reação selvagem contra o novo sistema capitalista de mercado, mas as forças da mudança afastaram completamente essa reação. Embora as mudanças importantes tenham sido introduzidas pelos comerciantes e pequenos senhores em ascensão, os camponeses foram as vítimas políticas das convulsões sociais consequentes. E, ironicamente, eles estavam, na maioria das vezes, lutando para proteger o *status quo*.

## SURGIMENTO DA CLASSE TRABALHADORA

A primeira parte do século XVI é um divisor de águas na História da Europa. Marca a tênue linha divisória entre a ordem feudal decadente e o sistema capitalista que surgiu. Após 1500, importantes mudanças econômicas e sociais começaram a ocorrer com maior freqüência, cada uma reforçando a anterior, e todas juntas conduzindo ao capitalismo. Entre as mais importantes estavam aquelas que criavam uma classe trabalhadora sistematicamente privada do controle sobre o processo de produção e forçada a uma situação em que a venda de sua força de trabalho era a única possibilidade de sobrevivência. A população da Europa Ocidental, que tinha permanecido relativamente estagnada durante um século e meio, aumentou em quase um terço, no século XVI, chegando a 70 milhões em 1600.

O aumento na população foi acompanhado pelo *movimento do cercamento*, que começou na Inglaterra, já no século XIII. A nobreza feudal, cada vez mais necessitada de dinheiro, cercava ou fechava terras que antes usara como pasto comum, utilizando-a, então, como pasto de ovelhas, para satisfazer à explosiva procura de lã pela indústria têxtil lanífera inglesa. As ovelhas davam bons lucros e exigiam um mínimo de trabalho nas pastagens.

<sup>8</sup> GRAS, N. S. B. *A History of Agriculture in Europe and America*. Nova Iorque, Appleton, 1940, p. 108.

O movimento do cercamento atingiu seu ponto máximo nos séculos XV e XVI, quando, em algumas áreas, de três quartos a nove décimos dos habitantes foram expulsos do campo e forçados a buscar sustento nas cidades. Práticas subsequentes de cercamento continuaram até o século XIX.<sup>9</sup> Os cercamentos e o crescimento populacional destruíram os laços feudais remanescentes, criando uma grande e nova força de trabalho – uma força de trabalho sem terra, sem quaisquer ferramentas ou instrumentos de produção, apenas com a força do trabalho para vender. Esta migração para as cidades significava mais trabalho para as indústrias capitalistas, mais homens para os exércitos e marinhas, mais homens para colonizar novas terras e mais consumidores ou compradores potenciais de produtos.

Mas os cercamentos e o aumento populacional não foram, de modo algum, a única origem da nova classe operária. Inúmeros camponeses, criados e membros da pequena nobreza foram à falência com os exorbitantes aumentos dos aluguéis monetários. Dívidas acumuladas que não podiam ser saldadas arruinaram muitos outros. Nas cidades maiores e menorés, as corporações de ofício passaram a preocupar-se cada vez mais com os níveis de renda de seus membros. Era óbvio, para os artífices e mercadores das corporações, que os passos dados para minimizar o número de membros serviriam para monopolizar seus ofícios e para aumentar suas rendas. Um número cada vez maior de produtores urbanos passou a não ter direito a ter qualquer meio de produção independente, à medida que as corporações de ofício ficavam mais exclusivas. Assim, uma parcela considerável da nova classe operária foi criada nas cidades pequenas e grandes.

Muitos agricultores e artesãos, que tinham sido, então, expulsos da terra e impedidos de ter acesso a seus meios originais de produção, tornaram-se desordeiros e mendigos. Um número ainda maior procurou garantir sua subsistência, apossando-se ilegalmente de terras marginais e não usadas, onde podiam plantar para seu próprio uso. Foram aprovadas leis extremamente repressivas contra este tipo de lavoura e contra o desemprego.<sup>9</sup> Assim, quando a força, a fraude e a morte pela fome foram insuficientes para criar a nova classe operária, lançou-se mão de estatutos criminais e repressão do Governo.

## OUTRAS FORÇAS NA TRANSIÇÃO PARA O CAPITALISMO

Outras forças de mudança também foram instrumentais na transição para o capitalismo. Entre estas estava o despertar intelectual do século XVI, que promoveu o progresso científico, que logo foi aproveitado na prática da navegação. O telescópio e o compasso permitiram que os homens navegassem com muito mais precisão, cobrindo distâncias muito maiores. Isto levou às Grandes Descobertas. Num curto período, os europeus tinham mapeado rotas marítimas para as Índias, a África e as Américas. Estas descobertas tiveram uma dupla importância: primeiro, resultaram num fluxo rápido e intenso de metais preciosos para a Europa; em segundo lugar, anunciarão uma época de colonização.

Entre 1300 e 1500, a produção de ouro e prata, na Europa, tinha estagnado. O comércio capitalista, que se expandia rapidamente, e a extensão do sistema de mercado para

<sup>9</sup> Ver DOBB, *Development of Capitalism*, Cap. 6.

a cidade e o campo tinham provocado uma escassez aguda de moedas. Como estas eram basicamente de ouro e prata, a necessidade destes metais era crítica. A partir mais ou menos de 1450, esta situação foi aliviada um pouco, quando os portugueses começaram a extrair metais da Costa do Ouro, na África, mas a escassez geral continuou até meados do século XVI. Daí em diante, houve uma entrada tão grande de ouro e prata vindos das Américas, que a Europa experimentou a inflação mais rápida e duradoura de sua História.

Durante o século XVI, os preços subiram, na Europa, entre 150 e 400%, dependendo do país ou da região. Os preços dos produtos manufaturados aumentaram muito mais depressa do que os aluguéis ou os salários. De fato, a disparidade entre preços e salários persistiu até fins do século XVII. Isto quer dizer que a classe dos proprietários de terras (ou a nobreza feudal) e a classe operária sofreram, porque suas rendas subiram menos rapidamente que suas despesas. A classe capitalista foi a grande beneficiária da revolução dos preços. Recebeu lucros cada vez maiores e pagou salários reais cada vez mais baixos, comprando matérias-primas que se valorizavam muito durante o tempo em que eram mantidas em estoque.

Estes lucros maiores foram acumulados como capital. O capital inclui as matérias-primas necessárias à produção e ao comércio e consiste de todas as ferramentas, equipamentos, fábricas, matérias-primas, produtos em elaboração, meios de transporte dos produtos e dinheiro. Existem meios físicos de produção em todos os tipos de sistema econômico, mas eles só podem tornar-se capital num contexto social em que existam as relações sociais necessárias à produção de mercadorias e à propriedade privada. Assim, o capital refere-se a mais do que simples objetos físicos; refere-se a um conjunto complexo de relações sociais. Em nossa discussão anterior, vimos que uma das características que definem o sistema capitalista é a existência de uma classe de capitalistas que possui o capital. É em virtude da propriedade deste capital que ela aufera seus lucros. Estes lucros são reinvestidos ou usados para aumentar o capital. Esta acumulação de capital leva a mais lucros, que, por sua vez, levam a mais acumulação, e o sistema continua numa espiral ascendente.

O termo *capitalismo* descreve de modo bastante correto este sistema de busca de lucro e de acumulação de capital. A propriedade do capital é a fonte dos lucros e, daí, a fonte de mais acumulação de capital. Mas este processo do “ovo e da galinha” teria que ter um começo. A acumulação inicial substancial ou acumulação primitiva de capital ocorreu no período que está sendo considerado. As quatro fontes mais importantes de acumulação inicial de capital foram: (1) o volume do comércio, que cresceu rapidamente; (2) o sistema industrial de produção doméstica; (3) o movimento dos cercamentos; (4) a grande inflação de preços. Havia muitas outras fontes de acumulação inicial de capital, algumas das quais eram menos respeitáveis e, muitas vezes, esquecidas – por exemplo, a pilhagem colonial, a pirataria e o comércio de escravos.

Durante os séculos XVI e XVII, o sistema de produção doméstica foi ampliado até tornar-se comum em quase todos os tipos de indústria. Embora ainda não fosse o tipo moderno de produção fabril, o maior grau de especialização do sistema permitiu significativos aumentos de produtividade. Os avanços técnicos da construção naval e da navegação também baixaram os custos do transporte. Assim, durante este período, a produção e o comércio capitalista prosperaram e cresceram muito depressa. A nova classe capitalista (classe média ou burguesia) substituiu, lenta, porém inexoravelmente, a nobreza como classe que dominava o sistema econômico e social.

O aparecimento das novas nações-estado assinalou o começo da transição para uma nova classe dominante. Os novos monarcas, geralmente, procuravam o apoio da classe capitalista burguesa, em seu esforço de derrotar seus rivais feudais e unificar o estado sob o mesmo poder central. Esta unificação libertou os mercadores da confusão feudal de regras, regulamentos, leis, pesos e medidas e moedas diferentes; consolidou muitos mercados; deu proteção militar aos empreendimentos comerciais. Em troca, o monarca dependia dos capitalistas para as tão necessárias fontes de receita.

Embora a Inglaterra tenha sido nominalmente unificada muito antes, só foi unificada, de fato, quando Henrique VII (1485-1509) iniciou a dinastia dos monarcas Tudor. Henrique VIII (1509-1547) e Elizabeth I (1558-1603) conseguiram completar o trabalho de construção da nação, apenas porque tiveram o apoio do Parlamento, que representava as classes médias dos condados e municípios. Nas revoluções de 1648 e 1688, a supremacia do Parlamento, ou da classe média burguesa, foi finalmente estabelecida.

Outras nações-estado capitalistas iniciais e importantes também surgiram nessa época. Na França, Luís XI (1461-1483) foi o primeiro rei a unificar efetivamente a França, depois da época de Carlos Magno. O casamento de Fernão de Aragão e Isabel de Castela, em 1469, e a posterior derrota por eles infligida aos mouros levaram à unificação da Espanha. A República Holandesa – a quarta nação-estado importante – só conseguiu sua independência em 1690, quando acabou expulsando os oponentes espanhóis.

Em fins do século XVI e início do século XVII, quase todas as grandes cidades da Inglaterra, França, Espanha e dos Países Baixos (Bélgica e Holanda) já se tinham transformado em prósperas economias capitalistas, dominadas pelos mercadores capitalistas, que controlavam não só o comércio, mas também grande parte da indústria. Nas modernas nações-estado, coalizões de monarcas e capitalistas tinham retirado o poder efetivo da nobreza feudal de muitas áreas importantes, principalmente nas relacionadas com a produção e o comércio. Esta época do início do capitalismo é conhecida, geralmente, como *mercantilismo*.

## O MERCANTILISMO

A fase inicial do mercantilismo – geralmente chamada *bulionismo* – originou-se no período em que a Europa estava passando por uma aguda escassez de ouro e prata em barra, não tendo, portanto, dinheiro suficiente para atender ao volume crescente do comércio. Foram estabelecidas políticas bulionistas para atrair ouro e prata para um país e mantê-los no próprio país, proibindo-se sua exportação. Estas restrições duraram desde o fim da Idade Média até os séculos XVI e XVII.

A Espanha – o país para onde foi quase todo o ouro das Américas – aplicou restrições bulionistas por mais tempo e impôs a punição mais severa para a exportação de ouro e prata: a morte. Contudo, as necessidades do comércio eram tão urgentes e os lucros com a importação de mercadorias estrangeiras poderiam ser tão altos, que até na Espanha os mercadores capitalistas conseguiram subornar funcionários corruptos ou contrabandear grandes quantidades de barras de ouro e prata para fora do país. O ouro e a prata espanhóis logo penetraram em toda a Europa, tendo sido, em larga medida, responsáveis pelo longo período de inflação já descrito. A Espanha só legalizou a exportação de ouro e prata

ta muito depois de as restrições bülionistas terem sido suspensas na Inglaterra e na Holanda, em meados do século XVI.

Após a época bülionista, a vontade dos mercantilistas de maximizar o ouro e a prata dentro de um país assumiu a forma de tentativas dos governos para conseguir um saldo favorável na balança comercial, quer dizer, ter mais dinheiro entrando no país do que dele saindo. Assim, as exportações de bens, bem como o transporte e os seguros (quando feitos por cidadãos do país e pagos por estrangeiros) foram estimulados, e as importações de bens e os custos de transporte e seguro pagos a estrangeiros foram desestimulados.

Um dos tipos mais importantes de política destinada a aumentar o valor das exportações e diminuir as importações foi a criação de monopólios comerciais. Um país como a Inglaterra poderia comprar mais barato (de uma área atrasada, por exemplo) se apenas um mercador inglês barganhasse com os estrangeiros, em vez de vários mercadores ingleses concorrentes pressionarem a elevação dos preços, na tentativa de ficar com o negócio. Analogamente, os mercadores ingleses poderiam vender suas mercadorias aos estrangeiros a preços muito mais altos, se houvesse apenas um vendedor, em vez de vários vendedores, baixando o preço para atrair os fregueses de cada país.

O Governo inglês podia proibir os mercadores ingleses de concorrer numa área onde tivesse sido concedido um desses monopólios. Mas era muito mais difícil manter afastados os mercadores franceses, holandeses ou espanhóis. Vários governos procuraram excluir estes mercadores estrangeiros rivais, estabelecendo impérios coloniais que podiam ser controlados pela metrópole, para assegurar um monopólio comercial. As possessões coloniais poderiam, com isso, fornecer matérias-primas baratas à matriz e delas comprar produtos manufaturados caros.

Além de estabelecer monopólios, todos os países da Europa Ocidental (exceto a Holanda) aplicavam extensos regulamentos às atividades de exportação e importação. Estes regulamentos talvez fossem mais amplos na Inglaterra, onde os exportadores que achavam difícil concorrer com os estrangeiros recebiam devoluções de impostos ou, como se isto não bastasse, recebiam subsídios. Uma grande lista de matérias-primas pagava imposto de exportação, para que não saísse da Inglaterra. Assim, o preço que os mercadores-industriais ingleses tinham que pagar por estas matérias-primas seria minimizado. Às vezes, quando estes artigos tinham uma oferta reduzida para os industriais ingleses, o Estado proibia completamente sua exportação. A indústria têxtil inglesa recebeu este tipo de proteção. No começo do século XVIII, ela representava aproximadamente a metade das exportações da Inglaterra. Os ingleses proibiram a exportação de quase todas as matérias-primas e produtos semi-acabados, como pele de carneiro, lã, fios para tecidos e fios de lã penteada, que eram usados pela indústria têxtil.

Medidas visando ao desestímulo das importações também eram muito comuns. A importação de algumas mercadorias era proibida, e outras mercadorias pagavam direitos alfandegários tão altos, que eram quase que eliminadas do comércio. Dava-se ênfase especial à proteção das principais indústrias de exportação da Inglaterra contra a concorrência estrangeira que tentasse penetrar nos mercados internos das indústrias exportadoras.

É claro que estas restrições beneficiavam alguns capitalistas e prejudicavam outros. Conforme era de se esperar, grupos especiais estavam sempre em conluio, para manter as restrições ou para estendê-las a diferentes áreas, de diferentes maneiras. Tentativas como

os *Atos de Navegação* ingleses de 1651 e 1660 foram feitas para promover o uso de navios ingleses (fabricados na Inglaterra e com tripulação inglesa) no comércio de importação e exportação. Todas estas regulamentações do comércio exterior e dos transportes visavam a aumentar o fluxo de dinheiro para dentro do país e, ao mesmo tempo, diminuir a saída de dinheiro do país. É desnecessário dizer que muitas destas medidas também decorreram de apelos e pressões de grupos de interesse especiais.

Além destas restrições ao comércio exterior, havia um emaranhado de restrições e regulamentos destinados ao controle da produção interna. Além das isenções tributárias, dos subsídios e de outros privilégios usados para estimular a maior produção das indústrias importantes como exportadoras, o estado também se envolvia na regulamentação dos métodos de produção e da qualidade dos produtos produzidos. Na França, o regime de Luís XIV codificou, centralizou e ampliou os antigos controles descentralizados das corporações de ofício. Técnicas de produção específicas tornaram-se obrigatórias e foram aprovadas amplas medidas de controle de qualidade, com inspetores nomeados em Paris, encarregados de fazer cumprir estas leis a nível local. Jean Baptiste Colbert, famoso ministro e conselheiro econômico de Luís XIV, foi o responsável pelo estabelecimento de regulamentos extensos e minuciosos. Na indústria têxtil, por exemplo, a largura de uma peça de tecido e o número exato de fios contidos neste tecido eram rigidamente especificados pelo Governo.

Na Inglaterra, o *Estatuto dos Artífices* (1563) transferiu, efetivamente, para o estado as funções das antigas corporações de artífices. Levou ao controle central sobre o treinamento dos trabalhadores da indústria, sobre as condições de emprego e sobre a alocação da mão-de-obra em diferentes tipos de ocupação. A regulamentação dos salários, da qualidade de muitas mercadorias e de outros detalhes da produção interna também foi tentada nesta época.

Não está exatamente claro até que ponto o pensamento mercantilista foi sinceramente motivado pelo desejo de aumentar o poder do estado ou até que ponto foi um esforço mal disfarçado para promover os interesses especiais dos capitalistas. A distinção é bastante sem importância, porque quase todos os mercantilistas acreditavam que a melhor maneira de promover os interesses do estado era promover políticas que aumentassem os lucros dos mercadores-capitalistas. De muito maior interesse são as idéias mercantilistas sobre uma questão que será sempre mencionada neste livro: qual é a natureza e quais são as origens do lucro? São as idéias sobre esta questão que abordaremos no próximo capítulo.